

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S. A. submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Centrovias Sistemas Rodoviários S. A, foi constituída em 27 de maio de 1998, iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luis (São Carlos a Cordeirópolis) e SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú); SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Através do Termo Aditivo e Modificativo n°. 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passa a ser até 19 de junho de 2019.

A concessão da Centrovias foi outorgada em junho de 1998, através da Licitação DER nº 16/CIC/97, tendo como objeto a exploração do sistema rodoviário constituído pelo Lote 8 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, com extensão de 218,2 km quilômetros de rodovias que abrangem 12 municípios da região Centro-Norte do Estado de São Paulo, com população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, cerca de 3% da população do estado.

A Centrovias opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão e reajustadas todo mês de julho de acordo com o índice IGP-M acumulado de 12 meses até o mês de maio de cada ano. Em 31 de dezembro de 2010 os valores das tarifas básicas praticadas nas praças de pedágio eram:

Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
Itirapina	SP 310/ KM 217	3,60
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	6,00
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	5,10
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	5,90
Jaú	SP 225/ KM 199 +380	7,60

## CONJUNTURA ECONÔMICA

A Centrovias é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a o cenário da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice

mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **Tráfego**

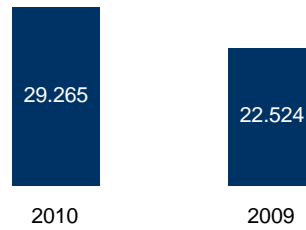
Em 2010 o fluxo de veículos equivalentes pedagiados na Centrovias cresceu 29,9% em comparação ao ano anterior como consequência do aumento da atividade econômica (PIB:+7,5%) e, principalmente, do crescimento do setor industrial (+10,5%).

A elasticidade do período em relação ao PIB foi de aproximadamente 1,4, sendo que dos 29,2 milhões de veículos equivalentes pedagiados, 63% foram comerciais e 37% foram veículos de passeio.

O crescimento no número de veículos equivalentes também sofreu impacto devido à duplicação das praças de pedágio de Brotas e Dois Córregos com início da cobrança bidirecional em 30/07/2010 e das praças de Rio Claro e Itirapina com início em 17/11/2010. Nestes meses o crescimento foi de 34% e 94% respectivamente, em relação ao mesmo período de 2009.

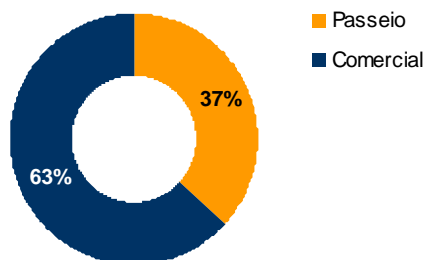
### Tráfego Pedagiado

Milhares de Veículos Equivalentes



### Composição do Tráfego – 2010

Veículos Equivalentes

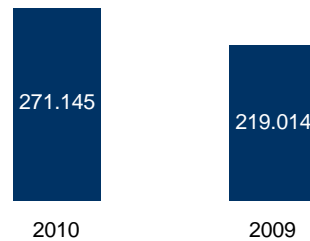


### Receita

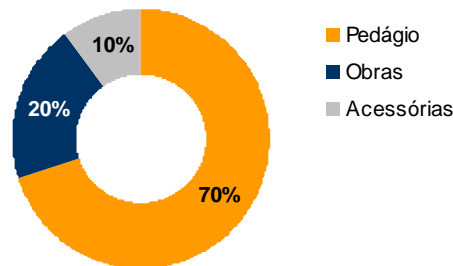
A Receita Bruta da Centrovias encerrou o exercício de 2010 em R\$ 271,14 milhões, composta por 20% de Receitas de Obras, 70% por Receitas de Pedágios e 10% por Receitas Acessórias, com um crescimento de 23,8% em relação ao ano de 2009.

### Receita Bruta

R\$ milhões



### Composição da Receita Bruta (%) – 2010



As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

A Centrovias reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 30,3 milhões em 2010, apresentando um aumento de R\$ 15,7 milhões (+107,8%) em comparação com o ano anterior.

As Receitas de pedágio cresceram 17,9% devido ao crescimento de tráfego de 29,9% no exercício e ao reajuste das tarifas de 4,18% em 01/07/2010 de acordo com o Contrato de Concessão.

No ano de 2010 a Centrovias obteve receita líquida de R\$ 250,2 milhões, sendo R\$ 48,9 milhões maior em relação à receita líquida apresentada no ano de 2009, com crescimento de 24,3%. O aumento do tráfego dos veículos equivalentes e o reajuste contratual das tarifas de pedágio foram os principais fatores que contribuíram para esse crescimento.

### Custos e Despesas

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	(62.227)	(52.156)	19,3%
Custo dos serviços de construção	(30.354)	(14.608)	107,8%
Despesas administrativas	(7.261)	(7.593)	-4,4%
Remuneração da administração	(568)	(431)	31,8%
<b>Custo e despesas</b>	<b>(100.410)</b>	<b>(74.788)</b>	<b>34,3%</b>

Os Custos e Despesas (Excluindo Depreciações, Amortizações e custo dos serviços de construção) aumentaram 16,4% em 2010, em comparação ao exercício de 2009.

Este aumento de R\$ 9,8 milhões deveu-se aos seguintes fatores:

- (i) Aumento do custo com o ônus variável decorrente da evolução da receita;
- (ii) Custos operacionais com conservação de rotina que se deu em função das operações de tapa buracos e erosões;
- (iii) Resultado das intervenções no pavimento e na recuperação de erosões no ano 2010;
- (iv) E, sobretudo, pelo aumento do quadro de funcionários em função da contratação de arrecadadores para início da cobrança bidirecional nas praças de pedágio de Brotas, Dois Córregos, Rio Claro e Itirapina.

Cabe destacar que, com a entrada em vigor das novas normas de contabilidade ICPC-01, a Centrovias passou a provisionar os custos em manutenção e conservação especial que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo no resultado atual, ajustado a valor presente, os custos como Provisão para Manutenção de Rodovias.

O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

## EBITDA

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receita líquida	250.223	201.243	24,3%
(-) Custos e despesas	(100.410)	(74.788)	34,3%
<b>EBITDA</b>	<b>149.813</b>	<b>126.455</b>	18,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	23.293	16.404	42,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>173.106</b>	<b>142.859</b>	21,2%

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Centrovias entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2010 em R\$ 149,8 milhões, com um aumento de 18,5% em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado.

## Resultado Financeiro

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	19.928	6.654	199,5%
Despesas Financeiras	(54.992)	(36.071)	52,5%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(35.064)</b>	<b>(29.417)</b>	19,2%

O resultado financeiro líquido de 2010 foi de R\$ 35 milhões, R\$ 5,6 milhões maior comparado ao ano de 2009. Os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram:

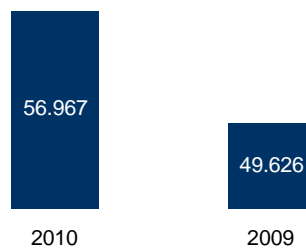
- i. Aumento de R\$12 milhões nos juros com operações financeiras, principalmente, com a emissão de Debêntures;
- ii. Aumento de R\$ 6,6 milhões com variação monetária sobre o direito de outorga em função da variação do IGP-M. A variação do IGP-M no ano de 2010 foi de 11,32% enquanto que no ano de 2009 o mesmo apresentou uma deflação de -1,71%;
- iii. Aumento de R\$ 12,6 milhões nas receitas financeiras provenientes das aplicações do caixa.

## Lucro Líquido

A Centrovias encerrou o exercício de 2010 com Lucro Líquido de R\$ 57 milhões, representando um acréscimo 14,8% ante ao exercício de 2009, em função dos itens comentados acima.

### Lucro Líquido

R\$ milhões





## Endividamento

O endividamento bruto da concessionária no encerramento do ano de 2010 era de R\$ 431,3 milhões, contra R\$ 267,8 milhões no ano de 2009. Este aumento ocorreu em função da captação de recursos através da primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 406,1 milhões.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2010 em R\$ 209,8 milhões, apresentando queda de R\$ 14,4 milhões em relação ao volume de R\$ 224,2 milhões no encerramento do exercício de 2009, em razão principalmente do aumento das disponibilidades de caixa, com a emissão das debêntures.

O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2010 representava 1,3 vezes o EBITDA Ajustado menos o pagamento do Ônus Fixo (R\$ 8,7 milhões) dos 12 últimos meses.

R\$ milhões	31/12/10	31/12/09
<b>Dívida Bruta</b>	431.250	267.896
Curto prazo	80.424	263.776
Longo prazo	350.826	4.120
Disponibilidade e aplicações financeiras	(221.420)	(43.621)
<b>Dívida Líquida</b>	209.830	224.275

## DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos juros sobre o capital próprio está representada abaixo:

- Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2010:  
Pagamento em 30 de março de 2010  
R\$ 1,28 milhões líquidos de R\$ 226 mil, referente ao Imposto de Renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%.
- Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2010:  
Pagamento em 28 de junho de 2010  
R\$ 1,24 milhões líquidos de R\$ 219 mil, referente ao Imposto de Renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%.

A Centrovias aprovou a distribuição de dividendos conforme abaixo:

- R\$ 15,0 milhões;
- Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 07 de junho de 2010;
- Pagamento em 07 de junho de 2010.
  
- R\$ 15,71 milhões;
- Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de setembro de 2010;
- Pagamento em 13 de setembro de 2010.

## **INVESTIMENTOS**

Foram investidos R\$ 52,0 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destacamos as obras de duplicação no sentido de cobrança das praças de pedágio Brotas (R\$ 4,9 milhões), Dois Córregos (R\$ 4,9 milhões), Rio Claro (R\$ 11 milhões) e Itirapina (R\$ 2,7 milhões), recuperação de estruturas metálicas, obras de recuperação de pavimento, sinalização/dispositivos de segurança e proteção nas rodovias SP-225 e SP-310.

Cabe destacar que anteriormente à adoção do ICPC 01, as obras de manutenção e conservação da rodovia eram alocadas na rubrica de imobilizado e compunham o investimento da Companhia. Com as novas normas, a manutenção e conservação passam a ser alocadas na rubrica de provisão para manutenção de rodovias conforme explicado anteriormente.

## **EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Em 15 de março de 2010 a Sociedade emitiu 406.131 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, sendo 286.131 debêntures da 1ª série com prazo de 5 anos e juros de CDI +1,70% a.a. e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de 7 anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA e com remuneração de 8% a.a.

A remuneração das debêntures da 1ª série será paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011, já a remuneração da 2ª série será paga anualmente todo dia 15 de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

## RECURSOS HUMANOS

Em 2010, nosso quadro de profissionais teve um crescimento de 30,2% em comparação a 2009, equivalente a 328 profissionais, em função do desdobramento de cobrança de via única para via dupla, em quatro praças de pedágio da concessionária.

Estamos atentos também ao aumento do índice de rotatividade, que refletiu o momento de implantação deste modelo de cobrança, com o trabalho de busca e atração de profissionais e a consequente adequação da estrutura da empresa.

	2010	2009
Empregos Diretos	328	252
Rotatividade	1,33	3,19

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador equilibrado, com participação de 51% de mulheres, contra 49% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 45,9% dos profissionais. Vale mencionar que 11,9% possuem superior completo.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Centrovias tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente.

### Educação

O Projeto Escola OHL Brasil, desenvolvido desde 2001, tem a proposta de “Educar para Humanizar o Trânsito”, com foco no público abrangido pelos municípios que constituem parte da rede de rodovias administradas pela empresa concessionária.

Sua abrangência soma, desde 2001, o envolvimento direto de 7.160 professores, 139.896 alunos de 219 escolas públicas de 48 municípios do estado de São Paulo, assim distribuídos nas áreas de influência da concessionária:

Municípios	Escolas	Educadores	Educandos
11	53	2.186	37.690

Outros programas desenvolvidos pelo Projeto Escola: Viva Motociclista (204 atendimentos); Viva Ciclista (217 atendimentos); e Passarela Viva (163 atendimentos).

Recentemente o Projeto Escola OHL Brasil foi incluído em um catálogo de boas práticas sociais organizado pelo Unicef, pela ONG Save the Children e pelo Pacto Global das Nações Unidas.

## **Saúde**

O Programa “**Viva Saúde**” voltado à saúde para caminhoneiros é uma atividade dirigida a estes usuários que transitam pelas rodovias administradas por nossa concessionária. Tem como objetivo permitir o acesso a orientações e exames que os alertem para problemas de saúde que possam interferir no exercício de sua profissão. Em 2010 beneficiou 984 pessoas. Desde 2002 foram atendidos 8.223 motoristas.

A Centrovias, em parceria com o Banco de Sangue da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, desenvolve uma campanha de doação de sangue, “Dou Meu Sangue Por Você”. Os funcionários próprios, terceirizados e voluntários participam uma vez por mês da doação. Em 2010 os voluntários doaram 127 bolsas de sangue, totalizando 300 bolsas doadas desde agosto/2008 quando o programa foi criado.

## **Cultura**

Em 2010, a Centrovias atuou no apoio a projetos culturais variados com base nas leis de incentivos fiscais, principalmente a Lei Rouanet. Os apoios têm como foco a promoção da cultura presente na região em que atua e àquelas de caráter geral.

Os principais projetos para os quais foram destinados recursos em 2010 foram:

- **Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto** – Segmento Cultural: Música Instrumental
- **Festival Chorando Sem Parar** – Segmento Cultural: Música Popular
- **29ª edição da Bienal de São Paulo** – Segmento Cultural: Artes Integradas
- **Associação para o Desenvolvimento Cultural de Jaú** – Segmento Cultural: Histórico
- **Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto** – Segmento Cultural: Literatura

## **Esporte**

Em 2010, a Centrovias atuou no apoio a projetos esportivos variados com base nas leis de incentivos fiscais, principalmente a Lei nº. 11.438/2006 e projetos municipais. Os apoios têm como foco a promoção ao esporte presente na região em que atua e àquelas de caráter geral.

Os principais projetos para os quais foram destinados recursos em 2010 foram:

- **Projeto Basquete Cidadão – Rio Claro - S.P**
- **Associação Marcos Mercadante de Judo “Kmono de Ouro” – Araras – SP**

### **Apoio a Instituições Assistenciais:**

Entre 2008 e 2010, a Centrovias destinou recursos com base na lei de incentivo fiscal, ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), para o Nosso Lar, em São Carlos (SP), instituição que assiste crianças e jovens que necessitam de assistência social, a qual é feita por meio de atividades esportivas e culturais.

Em 2010 a Centrovias apoiou a Campanha do Agasalho realizada pelo Governo do Estado de São Paulo doando peças de vestuário de inverno (meias, cachecóis, gorros) para instituições cadastradas pelo Fundo Social de Solidariedade nas cidades da região onde a concessionária atua. Em 2010 foram beneficiadas: 29 instituições assistenciais que atendem 2.123 pessoas (1.606 crianças e 517 adultos) doando 7.140 peças.

### **Ambiental**

Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, seja por meio de gestão em relação ao Meio Ambiente, a Centrovias desenvolve várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus funcionários como da população dos municípios inseridos na área de concessão. Destacamos o plantio de 261.319 mil mudas de árvores nativas, desde o início do período de concessão até dezembro de 2010, efetuado principalmente em áreas degradadas e de mata ciliar, o que contribui para a recuperação dessas áreas.

### **AGRADECIMENTOS**

A Centrovias Sistemas Rodoviários S. A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais, pelo empenho e dedicação dispensados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor

Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### **Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Itirapina, 24 de março de 2011.

### **Diretoria**

*José Carlos Ferreira de Oliveira Filho*

Diretor Presidente

*Francisco Leonardo Moura da Costa*

Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

*Dra. Maria de Castro Michelin*

Diretora Jurídica

*Paulo Mendes Castro*

Diretor Superintendente

### **Conselho de Administração**

*José Carlos Ferreira de Oliveira Filho*

Presidente

*Juan Luís Osuna Gómez*

Conselheiro

*Felipe Ezquerria Plasencia*

Conselheiro

# ***Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
referentes aos Exercícios Findos em  
31 de dezembro de 2010 e de 2009 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.  
Itirapina - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### OPINIÃO

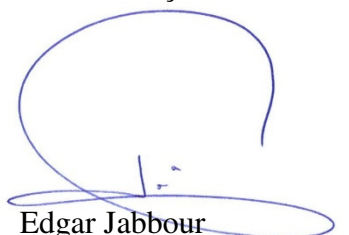
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

### INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 24 de março de 2011

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Edgar Jabbour  
Contador  
CRC nº 1 SP 156465/O-9

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2010	2009 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2010	2009 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2009
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	192.684	43.621	18.977	Empréstimos e financiamentos	11	4.505	263.776	13.787
Contas a receber	7	14.135	11.924	10.262	Debêntures	12	75.919	-	-
Empréstimos a partes relacionadas	15	10.445	5.772	-	Fornecedores		2.669	4.159	4.834
Contas a receber - partes relacionadas	15	5	-	-	Fornecedores - partes relacionadas	15	415	1.215	2.435
Outras contas a receber		858	433	545	Obrigações Sociais		1.866	1.317	1.326
Despesas antecipadas		1.146	1.375	753	Obrigações fiscais	13	8.440	8.179	5.201
Aplicações financeiras vinculadas	12	28.684	-	-	Outras contas a pagar		1.197	827	1.612
Total do ativo circulante		247.957	63.125	30.537	Cauções contratuais	14	800	814	1.470
					Credores pela concessão	16	9.630	8.891	8.750
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.1	259	817	575
Realizável a longo prazo:					Provisão para manutenção em rodovias	17.2	10.582	12.489	9.700
Aplicações Financeiras Vinculadas	12	52	-	-	Dividendos propostos	15	11.053	5.854	2.343
Contas a receber - Sociedades ligadas	15	45.000	45.000	46.448	Total do passivo circulante		127.335	308.338	52.033
Despesas antecipadas		-	123	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	11.268	12.118	13.382	Empréstimos e financiamentos	11	9.286	4.120	256.464
Depósitos judiciais		148	154	169	Debêntures	12	341.540	-	-
Total do realizável a longo prazo		56.468	57.395	59.999	Credores pela concessão	16	49.645	50.378	56.858
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.157	3.474	3.536
Imobilizado	9	1.517	2.325	1.376	Outras Obrigações		7	7	7
Intangível	10	349.918	348.046	361.359	Provisão para manutenção em rodovias	17.2	23.006	18.217	19.185
Total do ativo não circulante		407.903	407.766	422.734	Total do passivo não circulante		425.641	76.196	336.050
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
					Capital social subscrito	18	104.798	104.798	104.798
					Capital social a integralizar	18	(42.920)	(47.220)	(47.220)
					Capital social integralizado		61.878	57.578	57.578
					Reservas de lucros		41.006	28.779	7.610
					Total do patrimônio líquido		102.884	86.357	65.188
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>655.860</b>	<b>470.891</b>	<b>453.271</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>655.860</b>	<b>470.891</b>	<b>453.271</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota explicativa	2010	2009
RECEITA	(21)	250.223	201.243
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(22)	(122.413)	(91.375)
LUCRO BRUTO		<u>127.810</u>	<u>109.868</u>
Despesas administrativas	(22)	(7.261)	(7.593)
Remuneração da administração	(15)	(568)	(431)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>119.981</u>	<u>101.844</u>
Receitas financeiras	(23)	19.928	6.654
Despesas financeiras	(23)	<u>(54.992)</u>	<u>(36.071)</u>
		(35.064)	(29.417)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>84.917</u>	<u>72.427</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(20)	(28.417)	(21.599)
Diferidos	(20)	467	(1.202)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>56.967</u>	<u>49.626</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,98</u>	<u>0,91</u>

(\*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		104.798	(47.220)	57.578	9.446	17.228	-	-	84.252
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	(5)	-	-	-	-	(19.064)	-	-	(19.064)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		104.798	(47.220)	57.578	9.446	(1.836)	-	-	65.188
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado		-	-	-	-	-	-	46.985	46.985
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis		-	-	-	-	-	-	2.641	2.641
		-	-	-	-	-	-	49.626	49.626
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	(18)	-	-	-	2.070	-	-	(2.070)	-
Dividendos distribuídos	(18)	-	-	-	-	(17.228)	-	-	(17.228)
Juros sobre capital próprio	(18)	-	-	-	-	-	-	(5.375)	(5.375)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(5.854)	(5.854)
Lucros retidos		-	-	-	-	36.327	-	(36.327)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		104.798	(47.220)	57.578	11.516	17.263	-	-	86.357
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	56.967	56.967
Integralização de Capital		-	4.300	4.300	-	-	-	-	4.300
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	(18)	-	-	-	860	-	-	(860)	-
Dividendos distribuídos	(18)	-	-	-	-	(17.263)	-	(13.450)	(30.713)
Juros sobre capital próprio	(18)	-	-	-	-	-	-	(2.974)	(2.974)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(11.053)	(11.053)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	28.630	(28.630)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		104.798	(42.920)	61.878	12.376	-	28.630	-	102.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS  
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E DE 2009  
 (Em milhares de reais - R\$)

	2010	2009
<b>FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do período	56.967	49.626
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(467)	1.202
Depreciação e amortização	29.832	24.611
Baixa de ativos imobilizados	7	4
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	8.673	2.013
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(4.673)	(4.324)
Receitas com juros sobre aplicações financeiras vinculadas	(1.191)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.165	27.933
Juros sobre debêntures	30.851	-
Juros sobre leasing	-	15
Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	(107)	1.462
Provisão para manutenção em rodovias	2.989	359
Aumento (Redução) das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(558)	242
Outros	6	-
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.216)	(1.662)
Outros Créditos	(425)	112
Impostos a recuperar	199	-
Despesas antecipadas	352	(745)
(Redução) Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.490)	(2.806)
Fornecedores - partes relacionadas	(1.185)	(1.220)
Cauções contratuais de fornecedores	(14)	(656)
Obrigações sociais	549	(9)
Obrigações fiscais	261	2.978
Outras contas a pagar	370	(785)
Credores pela concessão	79	65
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>127.974</u>	<u>98.415</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(336)	(1.421)
Adições ao intangível	(30.182)	(8.699)
Aplicações financeiras vinculadas	(52.587)	-
Resgate sobre as aplicações financeiras vinculadas	24.843	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(58.262)</u>	<u>(10.120)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	9.713	260.000
Pagamentos do principal	(262.288)	(248.963)
Pagamento de juros	(10.695)	(41.325)
Debêntures:		
Captações	411.212	-
Pagamento de juros	(24.604)	-
Integralizações:		
Integralizações de Capital	4.300	-
Pagamento de dividendos	(36.567)	(19.571)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(2.974)	(5.375)
Pagamento de credores pela concessão	(8.746)	(8.417)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>79.351</u>	<u>(63.651)</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>149.063</u></u>	<u><u>24.644</u></u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO ÍNICIO DO EXERCÍCIO</b>	43.621	18.977
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	192.684	43.621
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>149.063</u></u>	<u><u>24.644</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITAS BRUTAS		
Receitas de pedágio	238.606	202.333
Receita dos serviços de construção	30.354	14.608
Receitas acessórias	2.185	2.073
	<u>271.145</u>	<u>219.014</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos de serviços prestados	(42.967)	(42.478)
Custos dos serviços de construção	(30.354)	(14.608)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.367)	(4.774)
Custo da concessão	(15.896)	(8.690)
	<u>(94.584)</u>	<u>(70.550)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>176.561</u>	<u>148.464</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(29.832)	(24.611)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>146.729</u>	<u>123.853</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	19.928	6.654
	<u>19.928</u>	<u>6.654</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>166.657</u>	<u>130.507</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração direta	8.203	5.365
Benefícios	2.280	2.023
FGTS	630	494
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	38.869	31.883
Estaduais	204	342
Municipais	12.018	10.202
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	45.443	27.933
Aluguéis	1.165	1.176
Outros	878	1.462
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	2.974	5.375
Dividendos	11.053	5.854
Lucros retidos	42.940	38.398
	<u>166.657</u>	<u>130.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, KM 216,8 Pista Sul, constituída em 27 de maio de 1998. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar sob o regime de concessão pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário de ligação dos municípios de Cordeirópolis e São Carlos e de Itirapina e Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP. nº 16/CIC/97.

#### 2. CONCESSÃO

O Contrato de Concessão e exploração da Rodovia é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 respectivamente.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão, através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

##### Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2010, os montantes de R\$ 41.195 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 192.468 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimento que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 17.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

#### Contabilização de contratos de concessão:

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pelo ICPC-01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: a interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível:

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação / melhoria da infraestrutura.

- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:

A Sociedade limita o reconhecimento do efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão ao prazo das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado, que normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção:

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão:

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC e para as IFRS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### 4.1 Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de liquidez imediata, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

### Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

#### 4.2 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10.

Adicionalmente, foram revisados, para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme definido no ICPC 10, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

#### 4.3 Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.4 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente, antes dos impostos, pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.5 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

#### 4.6 Instrumentos financeiros passivos

##### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### Empréstimos, financiamentos, fornecedores, debêntures e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

##### Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 16.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “credores pela concessão”, registrado nos passivos circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, em que está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

#### 4.7 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos Correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social é a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

No imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme notas explicativas nº 5 e 8.

#### 4.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para risco de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estas provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.1.

#### 4.9 Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### Receita oriunda das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto das concessões.

#### 4.10 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de depósitos judiciais, de empréstimos e financiamentos e de ajustes a valor presente.

#### 4.11 Transações objeto de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontado à taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- **Credores da Concessão:** decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontado à taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e a valor presente na data dos balanços estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Provisão para manutenção - nominal	10.865	12.824	9.961
Provisão para manutenção a valor presente	<u>10.582</u>	<u>12.489</u>	<u>9.700</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(283)</u>	<u>(335)</u>	<u>(261)</u>
Direito de outorga - nominal	9.854	9.112	8.972
Direito de outorga a valor presente	<u>9.630</u>	<u>8.891</u>	<u>8.750</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(224)</u>	<u>(221)</u>	<u>(222)</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para manutenção - nominal	26.629	20.697	21.575
Provisão para manutenção a valor presente	<u>23.006</u>	<u>18.217</u>	<u>19.185</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(3.623)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(2.390)</u>
Direito de outorga - nominal	60.835	63.171	72.944
Direito de outorga a valor presente	<u>49.645</u>	<u>50.378</u>	<u>56.858</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(11.190)</u>	<u>(12.793)</u>	<u>(16.086)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

#### 4.12 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade incluída no dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgados na nota explicativa nº 18.

### 5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC E DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING BOARD - IASB

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 também são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as IFRS.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37(R1) e IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

#### Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1) e na IFRS 1, é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às exceções obrigatórias e às isenções opcionais na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- (a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: Considerando as características e valores dos grupos de ativos contabilizados na rubrica do imobilizado, a Sociedade entende que os valores atribuídos a esta classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou não por remensurar esses ativos na data de transição optando pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido, em linha com os novos pronunciamentos;
- b) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada pela Sociedade.

Os efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC e das IFRSs, são como segue:

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Total dos ativos circulantes	30.537	-	30.537
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Realizável a longo prazo:			
Empréstimos a partes relacionadas	46.448	-	46.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.561	9.821	13.382
Depósitos Judiciais	169	-	169
Imobilizado	338.520	(337.144)	1.376
Intangível	<u>24.215</u>	<u>337.144</u>	<u>361.359</u>
Total dos ativos não circulantes	412.913	9.821	422.734
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u>443.450</u>	<u>9.821</u>	<u>453.271</u>
	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	4.834	-	4.834
Fornecedores - partes relacionadas	2.435	-	2.435
Empréstimos e financiamentos	13.787	-	13.787
Obrigações sociais	1.326	-	1.326
Obrigações fiscais	5.201	-	5.201
Cauções contratuais de fornecedores	1.470	-	1.470
Outras contas a pagar	1.612	-	1.612
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	575	-	575
Provisão para manutenção em rodovias	-	9.700	9.700
Credores pela concessão	8.750	-	8.750
Dividendos propostos	<u>2.343</u>	<u>-</u>	<u>2.343</u>
Total dos passivos circulantes	42.333	9.700	52.033
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	256.464	-	256.464
Credores pela concessão	56.858	-	56.858
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.536	-	3.536
Provisão para manutenção em rodovias	-	19.185	19.185
Provisão para investimentos em rodovias	-	-	-
Outros	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>7</u>
Total dos passivos não circulantes	316.865	19.185	336.050
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social subscrito	104.798	-	104.798
Capital social a integralizar	(47.220)	-	(47.220)
Capital social integralizado	57.578	-	57.578
Reservas de lucros	<u>26.674</u>	<u>(19.064)</u>	<u>7.610</u>
Total do patrimônio líquido	84.252	(19.064)	65.188
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>443.450</u>	<u>9.821</u>	<u>453.271</u>



Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
<b>CIRCULANTES</b>			
Total dos ativos circulantes	63.125	-	63.125
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Realizável a longo prazo:			
Empréstimos a partes relacionadas a partes relacionadas	45.000	-	45.000
Despesas antecipadas	123	-	123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.297	9.821	12.118
Depósitos judiciais	154	-	154
Imobilizado	322.074	(319.749)	2.325
Intangível	<u>22.474</u>	<u>325.572</u>	<u>348.046</u>
Total dos ativos não circulantes	392.122	15.644	407.766
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u>455.247</u>	<u>15.644</u>	<u>470.891</u>
	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>Ajustados</u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	4.159	-	4.159
Fornecedores - partes relacionadas	1.215	-	1.215
Empréstimos e financiamentos	263.776	-	263.776
Obrigações sociais	1.317	-	1.317
Obrigações fiscais	8.179	-	8.179
Cauções contratuais de fornecedores	814	-	814
Outras contas a pagar	827	-	827
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	817	-	817
Provisão para manutenção em rodovias	-	12.489	12.489
Credores pela concessão	8.891	-	8.891
Dividendos propostos	<u>5.854</u>	<u>-</u>	<u>5.854</u>
Total dos passivos circulantes	295.849	12.489	308.338
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	4.120	-	4.120
Credores pela concessão	50.378	-	50.378
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.113	1.361	3.474
Provisão para manutenção em rodovias	-	18.217	18.217
Outros	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>7</u>
Total dos passivos não circulantes	56.618	19.578	76.196
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social subscrito	104.798	-	104.798
Capital social a integralizar	(47.220)	-	(47.220)
Capital social integralizado	57.578	-	57.578
Reservas de lucros	<u>45.202</u>	<u>(16.423)</u>	<u>28.779</u>
Total do patrimônio líquido	102.780	(16.423)	86.357
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>455.247</u>	<u>15.644</u>	<u>470.891</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	102.780	84.252
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(1.462)	(112)
Provisão para manutenção de rodovias	(43.271)	(27.038)
Mudança de critério da amortização de investimentos	19.850	(1.735)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	<u>8.460</u>	<u>9.821</u>
Total dos ajustes	(16.423)	(19.064)
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPCs	<u>86.357</u>	<u>65.188</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Saldos Originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio	202.333	-	202.333
Receitas dos serviços de construção	-	14.608	14.608
Outras receitas operacionais	2.073	-	2.073
Deduções dos serviços prestados	<u>(17.771)</u>	<u>-</u>	<u>(17.771)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	186.635	14.608	201.243
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(80.662)	3.895	(76.767)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	-	(14.608)	(14.608)
CUSTOS LÍQUIDOS DOS SERVIÇOS	<u>(80.662)</u>	<u>(10.713)</u>	<u>(91.375)</u>
LUCRO BRUTO	105.973	3.895	109.868
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	(7.593)	-	(7.593)
Remuneração da administração	<u>(431)</u>	<u>-</u>	<u>(431)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	97.949	3.895	101.844
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	6.654	-	6.654
Despesas financeiras	<u>(36.178)</u>	<u>107</u>	<u>(36.071)</u>
	(29.524)	107	(29.417)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>68.425</u>	<u>4.002</u>	<u>72.427</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(21.599)	-	(21.599)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	159	(1.361)	(1.202)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>46.985</u>	<u>2.641</u>	<u>49.626</u>

Efeitos da adoção dos CPCs e das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa

(Em 31/12/2009 - data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	118.345	(19.930)	98.415
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(30.050)	19.930	(10.120)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(63.651)	-	(63.651)

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

a) ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as disposições da ICPC-01. Esta Interpretação orienta sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Conforme permitido pelo ICPC-01, suas disposições foram aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2009 (data de transição), dada a impossibilidade de reconstruir, de forma confiável, os efeitos anteriores àquela data, pela falta de dados históricos do contrato de concessão. A Sociedade utilizou como alternativa, as seguintes medidas transitórias:

- i) Identificou e reconheceu os ativos intangíveis que existiam na data de transição (1º de janeiro de 2009);
- ii) Utilizou os montantes registrados anteriormente desses ativos intangíveis (independentemente da classificação anterior) como sendo os montantes sob a ICPC-01, na data de transição;
- iii) Testou a recuperação dos intangíveis reconhecidos na data de transição.

O contrato de concessão foi reclassificado para a rubrica “Ativo intangível”.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos	1.590	1.329	2.019
Aplicações financeiras (*)	<u>191.094</u>	<u>42.292</u>	<u>16.958</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>192.684</u>	<u>43.621</u>	<u>18.977</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Certificados de depósito bancário	2.810	42.292	16.958
Cotas de fundos de investimentos	<u>188.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>191.094</u>	<u>42.292</u>	<u>16.958</u>

## 7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Pedágio eletrônico	12.764	10.818	9.167
Cupons de pedágio	95	537	482
Cartões de pedágio	104	289	281
Outros	<u>1.172</u>	<u>280</u>	<u>332</u>
Total	<u>14.135</u>	<u>11.924</u>	<u>10.262</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis nas datas dos balanços.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	259	817	575
Direito de concessão incorporado (a)	2.310	5.939	9.899
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:			
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	(3.016)	(1.821)	-
Provisão para manutenção de rodovias	<u>33.588</u>	<u>30.706</u>	<u>28.885</u>
Base de cálculo	33.141	35.641	39.359
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Total do ativo não circulante	<u>11.268</u>	<u>12.118</u>	<u>13.382</u>
Bases do passivo diferido:			
Ajuste ao valor presente do registro da outorga	3.463	3.971	6.171
Mudança de critério da amortização de investimentos	-	4.002	-
Ajuste dos encargos financeiros	-	805	4.230
Amortização do direito de concessão incorporada	2.880	1.440	-
Base de cálculo	6.343	10.218	10.401
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Total do passivo não circulante	<u>2.157</u>	<u>3.474</u>	<u>3.536</u>

- (a) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização, do direito de concessão incorporado, registrada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como segue:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	1.408	275
2012	2.281	275
2013	1.408	275
2014	1.408	275
Acima de 2015	<u>4.763</u>	<u>1.057</u>
	<u>11.268</u>	<u>2.157</u>

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>				
Saldo em 01/01/2009	623	1.563	85	2.271
Adições	839	565	17	1.421
Transferências	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>1.458</u>	<u>2.128</u>	<u>102</u>	<u>3.688</u>
Adições	148	188	-	336
Transferências	(700)	-	-	(700)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>906</u>	<u>2.309</u>	<u>102</u>	<u>3.317</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 01/01/2009	(205)	(672)	(18)	(895)
Depreciação/amortização	(51)	(292)	(18)	(361)
Transferências	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>(107)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(107)</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>(363)</u>	<u>(964)</u>	<u>(36)</u>	<u>(1.363)</u>
Depreciação/amortização	(55)	(363)	(19)	(437)
Transferências	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>(418)</u>	<u>(1.327)</u>	<u>(55)</u>	<u>(1.800)</u>

	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 01/01/2009	418	891	67	1.376
Saldo em 31/12/2009	1.095	1.164	66	2.325
Saldo em 31/12/2010	488	982	47	1.517
Taxas de depreciação	10%	20%	20%	

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Intangível em Rodovia - Obras e Serviços (a)</u>	<u>Direito de Outorga da Concessão (b)</u>	<u>Direito de Outorga da Incorporação (c)</u>	<u>Softwares</u>	<u>Intangível em Andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível bruto</u>						
Saldo em 01/01/2009	524.861	40.280	9.474	457	5.232	580.304
Adições	5.146	-	-	658	5.026	10.830
Transferências	<u>5.382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.382)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2009	535.389	40.280	9.474	1.115	4.876	591.134
Adições	3.851	-	-	224	26.492	30.567
Transferências	<u>29.144</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.444)</u>	<u>700</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>568.384</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>1.339</u>	<u>2.924</u>	<u>622.401</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 01/01/2009	(192.955)	(20.990)	(4.737)	(263)	-	(218.945)
Amortização	(21.940)	(1.761)	(452)	(97)	-	(24.250)
Transferências	107	-	-	-	-	107
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2009	(214.788)	(22.751)	(5.189)	(360)	-	(243.088)
Amortização	(27.535)	(1.448)	(356)	(56)	-	(29.395)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>(242.323)</u>	<u>(24.199)</u>	<u>(5.545)</u>	<u>(416)</u>	<u>-</u>	<u>(272.483)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 01/01/2009	331.906	19.290	4.737	194	5.232	361.359
Saldo em 31/12/2009	320.601	17.529	4.285	755	4.876	348.046
Saldo em 31/12/2010	326.061	16.081	3.929	923	2.924	349.918

- (a) Refere-se a obras e serviços de pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se a direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para direito de outorga.

Os ativos intangíveis são amortizados com base na curva de tráfego projetada.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Financiamento de Obras (a)	TJLP + 3,3% a 5,30% a.a.	4.505	2.482	2.499
Capital de Giro (b)	CDI + 0,95% a.a. a CDI + 1,037% a.a.	-	<u>261.294</u>	<u>11.288</u>
Total Passivo Circulante		4.505	263.776	13.787
<u>Passivo não circulante</u>				
Financiamento de Obras (a)	TJLP + 3,3% a 5,30% a.a.	9.286	4.120	6.600
Capital de Giro (b)	CDI + 0,95% a.a. a CDI + 1,037% a.a.	-	-	<u>249.864</u>
Total Passivo não Circulante		9.286	4.120	256.464
Total		<u>13.791</u>	<u>267.896</u>	<u>270.251</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- (a) Recursos obtidos através do BNDES(Automático) para financiamento de obras. Em 31 de dezembro de 2010, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e nota promissória no montante de R\$ 9.714.
- (b) Recursos obtidos para financiamento de capital de giro através de emissão de cédulas de crédito bancário e notas promissórias, entre outros, liquidados até 31 de dezembro de 2010.

## 12. DEBÊNTURES

Em 15 de março de 2010 a Sociedade emitiu 406.131 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, sendo 286.131 debêntures da 1ª série com prazo de 5 anos e juros de CDI +1,70% a.a. e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de 7 anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA e com remuneração de 8% a.a., conforme tabela abaixo:

	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Custo efetivo (%) (a)</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/12/2010</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Série	CDI + 1,7% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	68.933	218.810
2ª Série	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>7.940</u>	<u>124.774</u>
Total				76.873	343.584
Despesas de emissão (a)				<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
Total				<u>75.919</u>	<u>341.540</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

- a) As despesas incorridas na emissão das debêntures nos montantes de R\$ 2.417 e R\$ 1.296 para a 1ª e a 2ª séries, respectivamente, estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15/03/2010	286.131	26/04/2010	289.313
2ª Série	15/03/2010	<u>120.000</u>	27/04/2010	<u>121.899</u>
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série será paga anualmente todo dia 15 do mês de março, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	66.988
2013	66.988
2014	66.988
2015	58.024
2016	41.276
2017	<u>41.276</u>
Totais	<u>341.540</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado junto a CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Emissora. O percentual de penhor será reduzido conforme as debêntures forem sendo amortizadas.



2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (Sinking Fund), conforme descrito abaixo:

Aplicações Financeiras Vinculadas (Sinking Fund): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e das parcelas de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou de amortização de principal o valor referente ao pagamento já esteja constituído. Esses recursos são mantidos em Fundo de Investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 31 de dezembro de 2010, o valor desta aplicação é representado por:

Ativo circulante	28.684
Ativo não circulante	52

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 essas aplicações eram remuneradas entre 100,0% e 100,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Imposto de renda	4.314	4.350	2.230
Contribuição social	2.035	1.743	1.038
IRRF	12	56	35
PIS	143	125	111
COFINS	658	578	512
Outros tributos federais	192	412	464
ISS	<u>1.086</u>	<u>915</u>	<u>811</u>
Total	<u>8.440</u>	<u>8.179</u>	<u>5.201</u>

### 14. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que serão pagos após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º janeiro de 2009 estavam representados, respectivamente, por R\$ 800, R\$ 814 e R\$ 1.470.

### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras, alugueis e mútuo para capital de giro.

Os saldos e transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 (saldos patrimoniais), com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Transações com partes relacionadas:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	10.445	5.772	-
Clientes - partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	5	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Transações com partes relacionadas:			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	45.000	45.000	46.448
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores com partes relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	92	70	-
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	200	204	2.435
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	84	697	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	<u>39</u>	<u>244</u>	<u>-</u>
	<u>415</u>	<u>1.215</u>	<u>2.435</u>
Dividendos propostos:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	11.053	5.854	2.343

<u>Resultado</u>	<u>31/12/2010</u>			<u>31/12/2009</u>		
	<u>Serviços prestados em conservação de rotina</u>	<u>Execução de obras</u>	<u>Receita financeira</u>	<u>Serviços prestados em conservação de rotina</u>	<u>Execução de obras</u>	<u>Receita financeira</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	-	-	5.496	-	-	5.087
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	-	1.757	-	-	2.258	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	428	3.784	-	1.141	5.766	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	-	<u>1.969</u>	-	-	<u>1.051</u>	-
Total	<u>428</u>	<u>7.510</u>	<u>5.496</u>	<u>1.141</u>	<u>9.075</u>	<u>5.087</u>

- (1) Esse empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil) e é composto de quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 31/12/2010</u>	<u>Saldo devedor em 31/12/2009</u>	<u>Saldo devedor em 01/01/2009</u>
22/08/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	20.000	24.915	22.815	20.872
18/09/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	15.000	18.528	16.966	15.521
04/12/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.408	2.206	2.018
17/12/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>9.594</u>	<u>8.785</u>	<u>8.037</u>
Total			<u>45.000</u>	<u>55.445</u>	<u>50.772</u>	<u>46.448</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos da parte relacionada na mesma data do principal.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos às operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a Sociedade pagou o montante de R\$ 568 e R\$ 431 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Conselheiros de Administração e da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 na rubrica de obrigações sociais é de R\$ 750 e R\$ 438 respectivamente. As metas são como seguem:

a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

## 16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 sem considerar a extensão do prazo de concessão comentado na nota 2. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente			Valor nominal (*)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Direito de outorga	8.979	8.321	8.244	9.203	8.542	8.466
Parcela variável (a)	<u>651</u>	<u>570</u>	<u>506</u>	<u>651</u>	<u>570</u>	<u>506</u>
Total	<u>9.630</u>	<u>8.891</u>	<u>8.750</u>	<u>9.854</u>	<u>9.112</u>	<u>8.972</u>

(a) A parcela variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Não circulante	Valor presente			Valor nominal (*)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Direito de outorga	<u>49.645</u>	<u>50.378</u>	<u>56.858</u>	<u>60.835</u>	<u>63.171</u>	<u>72.944</u>
Total	<u>49.645</u>	<u>50.378</u>	<u>56.858</u>	<u>60.835</u>	<u>63.171</u>	<u>72.944</u>

(\*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	77	89

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao valor nominal classificadas no longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2012	9.480
2013	9.480
2014	9.480
Acima de 2015	<u>32.395</u>
Totais	<u>60.835</u>

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ao Poder Concedente estão assim representados:

Valores pagos	Outorga		
	Fixa	Variável	Total
Ano de 2010	8.746	7.144	15.890
Ano de 2009	<u>8.417</u>	<u>6.067</u>	<u>14.484</u>
Total	<u>17.163</u>	<u>13.211</u>	<u>30.374</u>

## 17. PROVISÕES

### 17.1. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e fiscais. Esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	31/12/2009	Adições	Reversões	31/12/2010
Cíveis	270	124	(145)	249
Trabalhistas	23	5	(18)	10
Fiscais	<u>524</u>	<u>17</u>	<u>(541)</u>	-
Total	<u>817</u>	<u>146</u>	<u>(704)</u>	<u>259</u>

	<u>01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2009</u>
Cíveis	399	121	(250)	270
Trabalhistas	176	161	(314)	23
Fiscais	-	785	(261)	524
Total	<u>575</u>	<u>1.067</u>	<u>(825)</u>	<u>817</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 3.659, R\$ 3.451 e R\$ 1.499, respectivamente em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.026, R\$ 964 e R\$ 204 em 31 de dezembro de 2009).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

#### 17.2. Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gasto a ser incorrido com manutenção sendo considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas notas explicativas nº 3.4 e 5.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>
Saldo em 01/01/2009	9.700	19.185
Adições	-	12.578
Utilizações	(10.757)	-
Transferências	13.546	(13.546)
Saldo em 31/12/2009	12.489	18.217
Adições	-	19.944
Utilizações	(17.062)	-
Transferências	<u>15.155</u>	<u>(15.155)</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>10.582</u>	<u>23.006</u>

Os valores acima estão apresentados em valor presente calculados à taxa de desconto de 5% a.a.. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias a valor nominal correspondem a R\$ 37.495 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 33.521 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 31.535 em 1º de janeiro de 2009).

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O valor do capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$ 104.798, representado respectivamente em cada exercício por 105.423.237 e por 101.483.834 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	-	-
Participação Acionária	100%	100%
Quantidade de ações subscritas	101.483.834	101.483.834
Quantidade de ações integralizadas	58.426.322	54.263.689

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda.

Foram distribuídos no primeiro semestre de 2009 dividendos no montante de R\$ 17.228, creditados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram destinados dividendos mínimos previstos no estatuto no montante de R\$ 11.229, sendo R\$ 5.854 provisionados no passivo circulante e R\$ 5.375 pagos sob a forma de juros sobre capital próprio. Sobre o montante de juros sobre capital próprio houve retenção de imposto de renda na fonte no montante de R\$ 806, calculado à alíquota de 15%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade distribuiu o montante de R\$ 2.528, sob a forma de juros sobre capital próprio, líquido de R\$ 446, referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% e R\$ 30.713 referentes a dividendos de exercícios anteriores.

O cálculo da constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2010</u>
Constituição da reserva legal:	
Capital social	61.878
Limite para reserva legal (20%)	12.376
Saldo inicial da reserva legal	11.516
Complemento da reserva legal	860
Total	<u>12.376</u>

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do exercício	56.965
Reserva Legal	<u>(860)</u>
Base de cálculo	56.105
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>14.026</u>
Representados por:	
Juros sobre capital próprio pagos	(2.973)
Dividendos obrigatórios	(11.053)
Dividendos por ação	0,18918

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2010, totalizando R\$ 28.630 a ser deliberado na assembleia geral ordinária.

## 19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.1.

### b) Informações suplementares

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referentes a:		
Juros	35.299	41.325
IR e contribuição social	24.301	17.263
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	11.053	5.854
Fornecedores e Fornecedores - Partes relacionadas	385	2.131

## 20. RECEITAS

São representadas por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita de serviços prestados	238.606	202.333
Receita de serviços de construção	30.354	14.608
Receitas acessórias	<u>2.185</u>	<u>2.073</u>
	<u>271.145</u>	<u>219.014</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita Bruta	271.145	219.014
Abatimentos sobre receitas de pedágios:		
ISSQN	(12.020)	(10.200)
PIS	(1.586)	(1.350)
COFINS	<u>(7.316)</u>	<u>(6.221)</u>
Receita líquida	<u>250.223</u>	<u>201.243</u>

## 21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Com pessoal	9.851	6.353
Serviços de terceiros	8.908	11.514
Depreciação/Amortização	29.174	23.955
Custos com poder concedente	7.223	6.132
Seguros/Garantias	1.747	1.633
Manutenção bens/Conservação	8.274	7.232
Custos dos serviços de construção	30.354	14.608
Serviços de manutenção em rodovias	23.293	14.386
Transportes	1.285	1.131
Consumo	1.393	1.248
Outros	<u>911</u>	<u>3.183</u>
Total	<u>122.413</u>	<u>91.375</u>

<u>Despesas administrativas</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Com pessoal	2.694	2.025
Serviços de terceiros	1.198	1.283
Depreciação/Amortização	658	656
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(558)	242
Transporte	225	246
Consumo	1.120	874
Outros	<u>1.924</u>	<u>2.267</u>
Total	<u>7.261</u>	<u>7.593</u>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	14.219	1.555
Atualizações sobre mútuos	5.496	5.087
Outras	<u>213</u>	<u>12</u>
Total	<u>19.928</u>	<u>6.654</u>



	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Despesas financeiras:		
Atualizações monetárias sobre operações financeiras	42.333	27.933
Atualizações monetárias sobre o direito da outorga	8.673	2.013
IOF - Impostos sobre operações financeiras	-	3.291
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(107)	(107)
Outras	<u>4.093</u>	<u>2.941</u>
Total	<u>54.992</u>	<u>36.071</u>

## 23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.917	72.427
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(28.872)</u>	<u>(24.625)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	1.011	1.828
Outros ajustes	<u>(89)</u>	<u>(4)</u>
Despesa contabilizada	<u>(27.950)</u>	<u>(22.801)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(28.417)	(21.599)
Diferidos	<u>467</u>	<u>(1.202)</u>
	<u>(27.950)</u>	<u>(22.801)</u>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 24.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### 24.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, CDI e IPCA sobre seus saldos de empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são, substancialmente, vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010 a administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e sobre as debêntures, líquidos das aplicações financeiras:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	5,49%	6,86%	8,24%
Juros a incorrer *	29.414	32.846	36.339

\* Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

#### 24.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e, consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010 e em 2009, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 12.764 e R\$ 10.818, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

#### 24.4. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

#### 24.5. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Tabela do risco de liquidez e juros

	Taxa de juros efetiva média ponderada %	2011	2012	2013	2014	A partir de 2015	Total
Debêntures	13%	108.687	101.526	93.985	86.846	209.436	600.480
BNDES Automático	10%	<u>5.702</u>	<u>4.500</u>	<u>2.679</u>	<u>1.923</u>	<u>870</u>	<u>15.674</u>
		<u>114.389</u>	<u>106.026</u>	<u>96.664</u>	<u>88.769</u>	<u>210.306</u>	<u>616.154</u>

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil - Geral	23.032
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	102.700

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

---